

## **Combater a crise com otimismo: a fé na “Revolução de 64” e a esperança de um futuro melhor nos marcos da abertura política (1974 – 1985).**

David A. Castro Netto (UEL)

O objetivo deste artigo é compreender, por meio da análise da Estratégia Psicossocial, inscrita na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), de propagandas veiculadas na televisão e dos discursos dos Presidentes Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, de que maneira a ditadura militar brasileira se utilizou do sentimento de otimismo como um dos lastros de legitimidade para o projeto de abertura política (1974 – 1985).

De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra (1976, p. 545):

As informações no campo psicossocial estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabilidades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão do poder. As informações sobre o campo psicossocial do próprio País ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão. Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional – MCI, de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspira aos órgãos de informação. Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um determinado país e proporcionarão subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempo de paz, ou em emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância.

Tal como a definição se apresenta, podemos observar a necessidade levantada do “conhecimento da realidade social de um determinado país” como maneira de buscar uma intervenção que seria “psicológica em situações de beligerância”; é essa intervenção psicológica, e não a custas exclusivamente da repressão que buscaremos observar.

De todas as informações que são atribuídas ao “campo psicossocial”, o Manual Básico (1976, p. 547) sugere destaque para àquelas relacionadas “as doutrinas básicas da vida”:

“...incremento ou desvanecimento da religiosidade, patriotismo, nacionalismo, crença e confiança na ordem reinante e nos mitos nacionais. Devem conhecer as mudanças da atitude popular diante de um expurgo de indesejáveis, da nacionalização da propriedade privada, do partido do Governo, do casamento civil, da instrução leita, dos direitos das minorias, do serviço militar obrigatório, para citar apenas alguns dos pontos mais importantes.”

O conhecimento profundo destes campos daria, segundo o Manual Básico, ciência da opinião pública, das suas tendências e ao reconhecimento da necessidade da manutenção de uma inclinação favorável ao regime, uma vez que, “obtendo-se o seu apoio, pode-se levar a cabo grandes empreendimentos, e no caso de com ele não se contar, as perspectivas de êxito serão pequenas.” (MANUAL BÁSICO, 1976, p. 548). Dos aspectos levantados pelo Manual, no tocante a opinião pública, destacamos um em particular: o “estudo dos pontos sensíveis da opinião pública que devam ser atingidos por uma forma qualquer de influência” (MANUAL BÁSICO, 1976, p. 548). Este aspecto sugere a necessidade da prática de uma intervenção subjetiva que insistisse na capacidade do regime em levar a cabo, com sucesso, as suas políticas.

Como afirma Maria José de Rezende (2001, p. 45-46):

Atuar no âmbito subjetivo era, sem dúvida, considerado pelos condutores da ditadura essencial no processo de sua manutenção, uma vez que garantia as condições psicossociais da segurança nacional. A tarefa dos setores dirigentes tornar-se-ia cada vez mais fácil à medida que os objetivos e desígnios da ditadura fossem internalizados pela maioria da população brasileira, a qual deveria passar a acreditar de maneira absoluta que a liberdade não poderia ultrapassar os limites traçados pelos seus condutores, pois ela poderia conduzir a sociedade a uma verdadeira barbárie.

A “segurança nacional” estaria garantida, portanto, a partir do momento em que toda a sociedade tivesse incorporado esse sistema de valores projetado sobre ela. É nesse contexto que a segurança nacional saía da órbita exclusiva do Estado para ser obrigação de todos os cidadãos. Jorge Boaventura (1987) faz esta análise:

...diria que a segurança nacional, esse estado, esse sentimento que satisfaz, que tranquiliza, e portanto, compõe os ingredientes da nossa felicidade, tal como ela possa existir, é algo que se refere apenas ao universo antagônico. O que é que a Doutrina da ESG chama de universo antagônico? É aquele composto por forças, por antagonismos e pressões que deliberadamente se voltam contra a consecução dos objetivos nacionais permanentes, ou contra a manutenção desses objetivos. É a esse universo antagônico que a segurança se refere, não a outra coisa. Portanto a segurança é nacional. Não se refere ao Estado e muito menos ao governo, mas sim à nação. (BOAVENTURA, 1987, p. 51)

Assim, ao Estado competia a função de minimizar os “antagonismos e pressões”, basicamente ligados a todo tipo de oposição, uma vez que eles estavam atentando contra a própria existência do Brasil. Por outro lado, era necessário preservar e vigiar a manutenção dos “valores reais” da sociedade brasileira, valores

estes que não existiam em função do Estado, ou da ditadura, mas sim estariam intrinsecamente associados à formação histórica do Brasil.

A existência de uma densa rede construída em função da repressão política, a partir da criação do Serviço Nacional de Informações, não significou a inexistência da tentativa de interferir na sociedade brasileira, tendo em vista a obtenção de legitimidade para além do uso exclusivo da violência física. Neste sentido, com base na leitura de Brasil feita pela ESG e sistematizada na DSN, elementos que articulavam as afetividades da população foram utilizados.

Como afirma Brephol de Magalhães (1997, s/p.):

Sob um regime autoritário, torna-se imprescindível aos poderes oficiais, além de difundir certezas, inculcar em seus governados que os valores transmitidos pelo discurso ideológico podem e devem ser representados pelos detentores do poder - apresentados não somente como governantes, mas como protetores da nação. A relação que se procura estabelecer é semelhante àquela mantida com o pai severo, porém protetor. Esta depende, no entanto, de um sentimento de identidade, de ser parte de uma comunidade afetiva (a grande família, a nação, a pátria), cultuada como um ente acima de quaisquer interesses privados.

A sacralização de imagens como a bandeira, a pátria, o hino nacional, a própria história, subjaz, com maior ou menor intensidade, em todos os sistemas políticos, e pode explicar a dimensão afetiva da submissão.

Por estas razões, os poderes instituídos, mesmo num regime autoritário, elaboram uma série de mensagens que visam senão o total apoio da população, pelo menos a sua tolerância.

“Ninguém segura este país” e “Este é um país que vai para frente” são dois de tantos *slogans* divulgados pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e pela sua sucessora, Assessoria de Relações Públicas (ARP)<sup>i</sup>, que se inseriam dentro de um projeto de busca do consenso, através da ‘disseminação’ ou inculcação de uma visão otimista sobre o Brasil.

Nosso objetivo é articular o “otimismo”, a “fé” no futuro, na “revolução de 64” e nos seus princípios norteadores, utilizando a “memória” do “Milagre Econômico Brasileiro” como ponto de apoio para a manutenção da legitimidade no momento de crise econômica. Dentro dessa nova conjuntura econômica e social, a ditadura se viu na necessidade da “manutenção da ordem” para garantir que o processo de abertura ocorresse dentro dos limites impostos pelos generais. Nessa contingência, uma das principais armas do regime foi o culto ao otimismo, pela via da lembrança do “milagre”.

Assim, se durante os anos 1968 – 1974, o “milagre” foi visto como o “futuro se tornando realidade”; a partir de 1974 e, de maneira acentuada de 1977 em diante, sua ressignificação foi embasada na competência da ditadura em recolocar o Brasil nos rumos do crescimento; o milagre seria agora um elemento de fé no sucesso do projeto militar. Partimos do princípio de que, embora a contestação existisse, parcela da população brasileira aderiu a este projeto, fundamentado nos sentimentos caros a nação: o amor a pátria, a fé no futuro brilhante do Brasil, no amor à família e na coesão nacional.

O uso desses sentimentos não foi feito de maneira inédita. Ao analisar a ditadura, a propaganda oficial e o otimismo, Carlos Fico insere o otimismo na perspectiva braudeliana da “longa duração”, na medida em que observa que a criação das “imagens e idéias que definem o Brasil” (FICO, 1996, p. 38) foram iniciadas, grosso modo, entre a Independência e as décadas seguintes do século XIX. Naquele momento, dois eventos importantes deram forma a visão otimista da nação: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e o período romântico da literatura.

O romantismo na literatura nacional vai ao encontro do tipo de história produzida pelo IHGB. Grandes romancistas, como Gonçalves Dias, vangloriam a força, a coragem e a astúcia do indígena como sendo parte importante da formação da “nação brasileira”:

Neste contexto, a literatura foi extremamente utilizada como meio de encontrar valores positivos para o país, notadamente no caminho traçado por Karl Friedrich Phillipp von Martius (...) em 1844, ganhador do já mencionado concurso do IHGB sobre como “escrever a história do Brasil?”. Ao propor a singularidade do país a partir do amalgamar das “três raças”, von Martius fazia coro, por exemplo, com a visão romântica do índio brasileiro, trabalhada pela história produzida no IHGB, mas também, pela literatura... (FICO, 1996, p. 41)

Duas obras também merecem destaque, na medida em que ajudam a fundar essa “tradição” otimista para com o futuro da nação. Em 1901, Affonso Celso de Assis Figueiredo, Conde de Affonso, publica o livro “Porque me ufano do meu paiz” e, em 1942 o austríaco Stefan Zweig publica “Brasil país do futuro”. Affonso e Zweig dão forma sólida ao caráter inevitável do sucesso brasileiro, em função de suas potencialidades naturais e da formação de sua gente, tipicamente, feliz, pacífica e ordeira. Estas leituras traçam, desde o descobrimento, as peculiaridades que o país

carregava em relação a seus vizinhos latino-americanos e configurariam “um imaginário muito difícil de ser abalado, embora tenha sofrido muitos reveses” (FICO, 1996, p. 43).

Em suma:

Historiografia e literatura assumem papel importante para conferir sentido e construir mitos, histórias e origens nos quais ancorar certezas. Literatura nacional, história nacional, historiografia que canta a nacionalidade, compreensíveis e inteligíveis em sua vinculação com o corpo político do Estado-nação em formação – uma busca genealógica das diferenças que pudessem conformar uma identidade própria e, no caso do Brasil, aproximá-lo do mundo civilizado e afastá-lo da barbárie: um cenário natural maravilhoso, pleno de potenciais, que precisava, no entanto, ser conhecido, domado e submetido ao controle dos homens. (NAXARA, 2004, p. 447)

Contudo, certa perspectiva pessimista também recaiu sobre o caráter da sociedade brasileira: O “jeitinho brasileiro”, certa “tendência à corrupção”, aversão à hierarquia e tantos outros “problemas”, os quais seriam claramente ser matizados ou negados pela elite letrada.

Na história da constituição conflituosa da leitura otimista e pessimista sobre o Brasil, estes traços se configuram como definidores da “brasilidade” de certos “valores brasileiros”. Neste sentido, também se tentou, de todo modo, negar, ocultar, afastar ou recontextualizar aqueles traços que, entendidos como próprios ao povo ou ao país, eram, entretanto, vistos como negativos: a preguiça, a ignorância, a indolência, a sensualidade permissiva, enfim, feições temidas, especialmente pela elite letrada, do “caráter nacional” – e que, portanto, “causavam vergonha” (FICO, 1996, p. 51).

Com o avançar dos anos, as leituras otimistas sobre o país procuraram abrandar ocorrências importantes, depositando na capacidade reconciliatória da sociedade brasileira a possibilidade de passar por tais eventos sem rupturas. A “independência sem guerra” e a “escravidão suavizada”, que desembocaria numa “democracia racial” (diluindo também a ideia do racismo permanente que existe na sociedade brasileira) são alguns eventos que demonstrariam essa capacidade brasileira em sempre marchar para o ‘inevitável triunfo’ que o ‘futuro glorioso’ reservava.

No entanto, é provavelmente no período do Estado Novo (1937 – 1945), que os aspectos positivos da nacionalidade são apresentados de forma mais veemente, inclusive com o patrocínio do Estado, dirigido por Getúlio Vargas.

A título de exemplo, ao analisar a Comissão Nacional do Livro Didático (1938) e a sua relação com a formação da “nação brasileira”, Maria Helena Capelato (2009, p. 233) afirma:

A comissão proibia o uso de livro que, de qualquer forma, atentasse contra a unidade, a independência e a honra nacional. Proibia-se o livro didático que inspirasse o sentimento de superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação aos demais, que apresentasse emprego abusivo de termos ou expressões regionais, que despertasse ou alimentasse a oposição e a luta entre as classes sociais, que incitasse o ódio contra as raças. Na construção de uma moral nacional associada a uma memória histórica, eram negados, enfaticamente, o regionalismo, o ateísmo, os conflitos sociais e outras ideias consideradas prejudiciais. As medidas pretendiam controlar não só o passado, indicando como ele deveria ser representado, mas também o futuro, ao proibir qualquer afirmação ou sugestão que induzisse ao pessimismo; ao contrário, era esperado que se estimulasse o otimismo nos dias vindouros.

Segundo Fernando Novais e João Emanuel Cardoso Mello (1998, p. 562) o período de 1950 – 1980 oscilou entre o otimismo e pessimismo frente ao desenvolvimento do Brasil:

Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornamos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando sua forma. Na década de 50 alguns imaginavam até que estaríamos criando uma nova civilização nos trópicos, que combinava incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo”. A partir dos anos 1980, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha, pouco a pouco, intensidade.

Assim, a segunda metade dos anos 1970 pode significar um marco no que tange ao sentimento de otimismo, frente aos rumos da nação brasileira; sobretudo porque a crise daquele período contrasta com a euforia do período imediatamente anterior.

As eleições de Geisel e Figueiredo tiveram que lidar com o esgotamento do modelo econômico aplicado<sup>ii</sup> e com a opinião pública cada vez mais descontente, não apenas com os problemas econômicos, mas também com o fechamento excessivo das tomadas de decisões.

Durante os anos 1980 a economia brasileira entraria em colapso com a decretação da moratória da dívida e a busca de auxílio no Fundo Monetário Internacional. O endividamento, que financiou o *boom* econômico da primeira metade dos anos 1970, seria o principal responsável por tais números. Em 1982, Ernane Galvêas, Ministro da Fazenda, fez um pedido de empréstimo da ordem de seis bilhões de dólares ao FMI, a serem pagos no decorrer de 1983.

O censo, divulgado em 1980, confirmou o tom pessimista dos economistas e dos empresários frente aos anos que se seguiriam. De acordo com os dados de Alves (2005), 12,5% da população economicamente ativa recebia um salário equivalente à metade, ou menos, do salário mínimo legal; 20,8 recebiam entre meio e um salário e apenas 7,2% recebiam entre cinco e dez salários. O fantasma do desemprego também causava mal estar. Segundo levantamento do DIEESE, em 1981, 30,3% da população em idade produtiva estava desempregada.

Com a crise cada vez mais aguda e a consciência, por parte da ditadura, de que suas estratégias econômicas não surtiriam o efeito desejado, ocorreu um deslocamento do discurso no sentido da retomada da ideia de coesão nacional, baseada na confiança no governo. Como afirma Rezende (2001, p. 303):

A restauração da credibilidade no governo era mostrada como a condição fundamental para solucionar os problemas econômicos no período da abertura política. Isto apontava para a contínua insistência do regime em torno de categorias inerentes à legitimidade. Ou seja, a adesão aos pressupostos do governo em torno da crise econômica era apontada como a única maneira de se resolver todos os problemas do país. O regime persistia empenhado, naquele momento, em desfigurar todos os conflitos e divergências.

Em resposta à “virada pessimista”, a ditadura procurou instrumentalizar a seu favor o quadro de otimismo construído sobre o futuro da nação, concentrando-se nas “características” do povo brasileiro, sobretudo na sua capacidade de passar por grandes privações, tendo como objetivo manter a legitimidade e a união em torno do seu projeto de abertura política.

O Manual Básico da Escola Superior de Guerra (1976, p. 231) procurou definir os “Atributos do Caráter Nacional Brasileiro”. Embora afirme que as informações tem “caráter meramente especulativo” o ensaio é “produto das observações de sociólogos e estudiosos que procuram definir um tipo nacional...”.

O que chama atenção é a visão linear da formação do homem brasileiro:

De um modo geral, poderia ser identificado o Homem Brasileiro – como elemento de um complexo étnico que desenvolveu uma cultura relativamente homogênea, paradoxalmente condicionada por culturas heterogêneas – individualista, sentimental, improvisador, cordial, comunicativo, humano e pacifista, Ama a liberdade e a natureza, é lírico, nostálgico, superficial, autoditada, abstrato, idealista, teórico e tolerante. Respeita seu semelhante, suas opiniões, crenças e religiões, mas exerce seu senso crítico e faz humorismo irreverente. É instável, por vezes emocional e patético, por vezes satírico e sutil. Cuida antes de si mesmo, mas gosta de ajudar o próximo. Não tem pressa para solucionar seus problemas, mas o faz quando as circunstâncias o exigem, ainda que muitas vezes de surpresa e improviso. Prefere sempre acomodar, pacificar, mas sabe defender o que é seu, preservar suas conquistas sociais e políticas. Homem que bem expressa uma cultura nova, característica de uma formação peculiar. (Manual Básico, 1976, p. 235)

Essa visão, algo romântica, tem como objetivo a construção do “homem ideal” brasileiro. A “integração racial” e a “assimilação” de culturas diferentes deram forma ao tipo nacional peculiar, capaz de absorver as diferenças, sem violência ou rupturas, forjando um homem que é “a síntese de um mosaico de culturas” (Manual Básico, 1976, p. 233).

A leitura otimista do país era acompanhada da questão dos sacrifícios a serem feitos em função de um futuro próspero. Os sacrifícios, sobretudo econômicos, acabaram se tornando comuns para o povo brasileiro. Dentro de uma “articulação temporal simplista” (FICO, 1996, pp. 60), comum aos discursos religiosos – “o sacrifício de hoje significa a glória de amanhã” – acaba ganhando força também a ideia de “transitoriedade”, ou seja, de que as privações seriam passageiras, desde que as decisões tomadas fossem as corretas.

Tais apelos ao “sacrifício”, à “transitoriedade” e à “correção de rota” passaram a ser comuns a partir dos governos Geisel e Figueiredo, quando o “milagre econômico” deu sinais de esgotamento e uma crise econômica recaiu sobre o país. Na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em 1977, Geisel fazia apelo ao sacrifício da população, na medida em que a crise e os desequilíbrios econômicos “... exigem dos governos, desmedidos e persistentes esforços nem sempre bem compreendidos e, dos povos, elevada dose de sacrifício e resignação.” (GEISEL, 1977, p. 08). Em seguida, credita a vitória da ARENA à confiança na capacidade do governo (ditadura) em combater, tanto a crise econômica, quanto os “pessimistas”:

Os resultados do pleito de novembro de 1976 foram apreciados sob vários aspectos, tomando-se por base ora os resultados de 1972, ora os de 1974. Qualquer que seja o enfoque, qualquer que seja o prisma que se examine o pronunciamento popular, esta evidente que o Governo recebeu, através da



vitória indiscutível do partido que apoia – a Aliança Renovadora Nacional -, um voto de confiança da Nação Brasileira. Esse respaldo político é tanto importante quanto valioso, porque chegou em momento de notórias dificuldades para o mundo ocidental, todo ele envolvido numa conjuntura complexa, que mais se agrava nos países em vias de desenvolvimento, dependentes da importação de petróleo. (GEISEL, 1977, p. 243-244)

Assim, como Geisel, Figueiredo, via um futuro promissor, ainda que um tanto distante e com percalços pelo caminho, mas, salientava a fé na capacidade inventiva dos brasileiros e a confiança nos recursos naturais na luta contra a crise econômica:

Não temos petróleo suficiente, mas temos o álcool. Temos óleos vegetais – com a vantagem de que não se acabam. A natureza vai renovando nossas fontes de energia. Com a vantagem de criar trabalho e riqueza aqui dentro mesmo.

Por isso, nestes dias que precedem o ano novo, convido os brasileiros a olhar confiantes o futuro de nossa Pátria. Do ponto onde me encontro, posso ver dias melhores à nossa frente. (Figueiredo. João B. Discurso a nação brasileira pela passagem do ano novo (1980-1981). p. 04).

Figueiredo salientava ainda que o caminho não seria fácil e acentua o combate ao “pessimismo dos derrotistas” com a fé no Brasil e nos brasileiros, confiando sempre na riqueza natural e humana do país:

Como disse no ano passado, nessa época, a ninguém posso prometer fins-de-mês sem dificuldades. Ainda o teremos em 1981.

O importante, porém, é que os brasileiros estão dispostos a produzir. Vamos aproveitar nossas potencialidades nos reinos animal, vegetal e mineral, a bem dos brasileiros. Aí é que está a solução. Não no pessimismo, que nada constrói. Não no negativismo cego ou caolho. Mas na união dos esforços. Em todos se darem as mãos. Em todos puxarem para o mesmo lado. Deixando cair no vazio, de onde nunca deveria ter saído, o triste pio das aves agourentas. Assim como Nosso Senhor disse: “confiai e orai”, eu digo a vocês: esta é a hora de confiar no Brasil e trabalhar ainda mais. (...) Vamos acreditar. O Brasil merece a nossa fé. (Figueiredo. João B. Discurso a nação brasileira pela passagem do ano novo (1980-1981). P. 05).

Ao falar diretamente para os trabalhadores, Figueiredo reiterava a necessidade de “união dos brasileiros” em torno do governo, como garantia de chegada ao “destino”:

Dos trabalhadores, espero a participação dedicada e calorosa neste esforço. Se os brasileiros todos não se engajarem na luta contra a inflação, será praticamente impossível ganhá-la. (...) Peço portanto, a vossa confiança. (...) Confiança, pois o Governo precisa ter respaldo do povo. Para conduzir o País, sem sobressaltos nem recuos, à paz da família brasileira, dentro da justiça social, sob o regime democrático, para o progresso que merecemos. Ajuda, sob a forma de compreensão e patriotismo. Juntos chegaremos bem ao nosso destino. Além do sacrifício, vejo dias luminosos de esperança e paz. Para chegarmos lá, o Brasil pede

e espera a união de todos (João Baptista Figueiredo. Discurso em homenagem ao dia do trabalhador (1979), p. 06-07).

Mesmo pedindo “respaldo do povo”, “compreensão e patriotismo”, Figueiredo não hesita em deixar claro que o instrumental repressivo poderia ser usado, em função da proteção da “família brasileira”: “Sou homem da ponderação e da prudência. Mas não hesitarei em aplicar as leis existentes, diante de situações que ameacem a tranquilidade da família brasileira, ou possam conduzir à desordem social”<sup>iii</sup>. Assim se coloca, ao mesmo tempo, confiante no “patriotismo” dos brasileiros e alerta para a utilização das medidas legais contra aqueles que atormentassem a “família brasileira”.

Saindo da órbita oficial, em pesquisa recente (CASTRO NETTO, 2011), constatamos uma aproximação entre o discurso inscrito nos marcos da Estratégia Psicossocial e as propagandas comerciais veiculadas pela televisão. Das propagandas reunidas em acervo<sup>iv</sup> é possível constatar a maior incidência dessa perspectiva de otimismo, de fé e da manutenção dos “valores” tão caras ao projeto de abertura, tal qual pensavam os militares, no período que trata este trabalho.

Destacamos a propaganda do Banco Nacional<sup>v</sup>, que comemora a passagem de 1977 para 1978. Com duração de aproximadamente dez segundos, inicia-se com um ‘pescador de fim de semana’, fisingando um peixe grande e abrindo um belo sorriso; segue para uma família afrodescendente, com dois filhos de colo (os pais sorrindo); muda a tomada para uma freira, que conversa com uma criança e olha sorridente para a câmera; na sequência, um grupo de crianças aparece brincando no que parece ser um jardim, com a imagem fechada em uma delas, também sorrindo e termina com um padre arrumando uma espécie de altar. A câmera focaliza a figura do padre que, ao olhar para a câmera, sorri, faz um gesto positivo (o popular “joia”). Em seguida, surge a voz do narrador, dizendo de modo imperativo: “A meia noite de hoje, pare e pense. 78 vai dar certo!”; letras reafirmam os dizeres: “1978 vai dar certo”. Ao fim, o anunciante, o “Banco Nacional”, e um coral de mulheres canta ao fundo: “Com nacional da certo!” E uma sombrinha girando da a forma ao logotipo do banco.

A propaganda, ao que nos parece, se alinha com os discursos de Geisel e Figueiredo, tendo como objetivo fortalecer a fé e o otimismo no ano que entraria. A união das pessoas (tanto as famílias, quanto àquelas que, inicialmente, não teriam

nada em comum, a não ser o fato de serem brasileiros) pode ser vista também dentro desta perspectiva, de união dos esforços, como ficou demonstrado nos discursos de Geisel. A fé também aparece como um ingrediente aglutinador, na figura do padre, forjando da ideia de que até “deus está conosco” (talvez com base no jargão popular de que “deus é brasileiro”). Figueiredo faria uso desta “fé”, como demonstrado no discurso de passagem de ano novo em 1980. Também, a perspectiva de ‘futuro’ é apresentada: o tom da propaganda dá a ideia de que, embora 1977 tenha sido um ano difícil, um futuro mais promissor viria no ano estava por vir (ele “vai dar certo”).

Embora a ditadura, como salientou Fico (1996), se visse capacitada para resolver os problemas da nação dentro dos marcos da racionalidade e do tecnicismo, era necessário manter o otimismo popular para além de um convencimento sobre a efetividade desses marcos. Essa disseminação do otimismo não estava pautada na “ingenuidade”, como afirmou Octavio Costa, ex-chefe da Aerp, mas sim em certa leitura e constatação da realidade ‘psicossocial’ que o grupo de poder fizera da situação. Assim, uma vez constada a necessidade dessa intervenção (vide o Manual da ESG), tanto os discursos presidenciais, quanto as propagandas televisivas se constituíram em veículos afetivos de transmissão de sentimentos de positividade nacionalista no contexto aqui analisado.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ALVES, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. IN: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). Memória e (res)sentimento: indagações de uma questão sensível. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. PP. 15 – 36.
- BOAVENTURA, Jorge. A doutrina de segurança nacional. IN OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (coord.). Militares: pensamento e ação política. Campinas: Papyrus, 1987. PP. 45 – 52.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). O Brasil Republicano Vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. PP. 13-42
- BREPOHL, Marion, CAPARO, André Mendes e GARRAFFONI, Renata Senna (orgs). Sentimentos na história: linguagens, práticas, emoções. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.
- BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). Memória e (res)sentimento: indagações de uma questão sensível. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CASTRO NETTO, David. Propaganda e Legitimação na ditadura militar (1964 – 1977). 2011. 195f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá – Paraná.
- CERQUEIRA, Luiz Fernando. Dinâmica da inflação no Brasil, 1960 – 2005- Uma sinopse. Universidade Federal Fluminense – Faculdade de Economia – Textos para a discussão. 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD228.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD228.pdf)> acesso em 02/08/2013.

- CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 25, nov. 2005.
- CORDEIRO, Janaína. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 2211 09 2009
- FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969 – 1977). 1996. 294 f. Tese de Doutorado (Doutorado História Social), USP – São Paulo, São Paulo, 1996.
- FORGET, Danielle. Conquistas e resistências do poder: A emergência do discurso democrático no Brasil (1964 – 1984). Trad. Lucimar de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. Relatório Brasileiro sobre desenvolvimento social. *Revista de Estudos Avançados* Vol. 9, nº 24. São Paulo Mai/Ago, 1995.
- MAGALHAES, Marion Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1997, vol.17, n.34, pp. 203-220. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 15/08/2013
- NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: Sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. IN: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento: indagações de uma questão sensível*. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. PP. 427 – 453.
- NOVAIS, Fernando e MELO, João Manoel Cardoso. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F; SCHWARCZ, Lília. *História da vida privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 559-659.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano Vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. PP.207 – 242.
- REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- TEIXEIRA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano Vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. PP. 243 – 282.

<sup>i</sup> A AERP foi criada pelo decreto nº 62.119, de 15 de Janeiro de 1968 e foi substituída pela ARP, em 1974. Ligadas a Presidência da República, ambos os órgãos eram responsáveis pela propaganda oficial do regime.

<sup>ii</sup> Segundo dados de Prado e Earp (2009, p. 223) em 1974, a inflação atingiria 35%; no final do mandato de Geisel, 1978, foi de 39%. A dívida externa saltou de 17,6 para 43,5 bilhões de dólares. Segundo Alves (2005, p. 181), os níveis de concentração de renda também saltaram: em 1976, os 50% mais pobres tinham uma quota de 1,6% do Produto Nacional Bruto (PNB), enquanto os 5% mais ricos tinham 39%.

<sup>iii</sup> João Baptista Figueiredo. *Discurso em homenagem ao dia do trabalhador* (1979). P.06.

<sup>iv</sup> Com o objetivo de ampliar o acesso aos leitores e tendo em vista as dificuldades metodológicas em articular o texto com a propaganda, criamos um canal no website *Youtube*, sob o título: Ditadura e propaganda (<http://www.youtube.com/user/ditaduraepropaganda>) com algumas propagandas que foram utilizadas nas pesquisas. Assim, aquelas citadas neste projeto se encontram disponíveis para visualização no canal e serão referenciadas, contendo na sequência o link para visualização. O restante do acervo será tratado em específico no tópico: Tipologia das fontes.

<sup>v</sup> Propaganda “Banco Nacional”, ano novo. Agência Esquire Propaganda. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=251MqXIMQZI>> Acesso em 15/08/2013